

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO



Função de Conformidade
NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

2025

Índice

PREÂMBULO	3
ÂMBITO DE APLICAÇÃO	4
OBJETIVOS	5
TERMOS E DEFINIÇÕES MAIS RELEVANTES	6
TIPOS DE CORRUPÇÃO.....	8
PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO E ANTI - SUBORNO	9
CONTROLO INTERNO – O MODELO DAS TRÊS LINHAS DE DEFESA.....	10
PAPEL DO RCN NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS.....	11
PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO E ANTI-SUBORNO	12
PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS	13
COMPORTAMENTOS PROIBIDOS.....	15
1. Pagamentos proibidos e restritos.....	15
2. Aceitação de presentes e ofertas	15
3. Viagens de negócios, alojamento e despesas de viagem.....	16
4. Patrocínios e Doações.....	17
5. Parcerias com outras entidades.....	17
6.Conflito de Interesses.....	18
FORMAÇÃO E DIFUSÃO DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO	19
COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES	19
VIOLAÇÃO DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO	20
ANEXO I	21

PREÂMBULO

Num mundo onde a corrupção e o suborno representam um dos principais desafios das sociedades modernas, o combate à corrupção adquire um papel fulcral para o reforço da qualidade da democracia e para a plena realização do Estado de Direito, sendo fundamental atuar a montante do fenómeno, prevenindo a existência de contextos geradores de práticas corruptivas.

Neste âmbito, a conjugação de esforços por parte de todos os setores da sociedade, incluindo o financeiro, revela-se vital para a promoção de uma cultura de integridade pública.

A insuficiência revelada pelas abordagens implementadas evidencia a necessidade da adoção de um novo paradigma preventivo e baseado no risco, a fim de minimizar o impacto da corrupção e suborno na sociedade civil e na economia. Perante este novo paradigma, o combate a práticas de corrupção e suborno torna-se uma responsabilidade de TODOS, exigindo o desenvolvimento de um novo conjunto de deveres preventivos e de metodologias transversais às organizações e entidades públicas e privadas.

A atuação da NovaCâmbios no mercado e na sociedade sempre se pautou pela adoção de elevados padrões de ética, integridade e transparência. Neste sentido, qualquer conduta que, de forma direta ou indireta, possa estar relacionada com atos de corrupção, em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno, são absolutamente repudiadas pela Instituição, independentemente das circunstâncias em que possam ocorrer.

A presente Política Anticorrupção (doravante “Política”) tem como objetivo principal prevenir e mitigar o risco de corrupção e suborno, bem como de práticas com estas relacionadas no universo da NovaCâmbios, reafirmando o seu empenho na construção de uma sociedade mais íntegra.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Os princípios e normas enunciados no presente documento têm de ser cumpridos e respeitados por todos os Colaboradores da NovaCâmbios, temporários e efetivos, incluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, clientes, fornecedores e todos os prestadores de serviços que, direta ou indiretamente, se encontrem envolvidos na atividade da Instituição.

Através da presente Política pretende-se assegurar que todas as decisões tomadas no exercício da atividade são orientadas por um profundo sentido de integridade profissional e observância de elevados padrões de diligência, de honestidade, de ética e de respeito, não só para com as políticas e procedimentos adotados pela Instituição, como na procura incessante de agir de acordo com as melhores práticas.

A abordagem da NovaCâmbios a qualquer indicação ou manifestação de corrupção e suborno é de tolerância zero, exigindo a todos os seus Colaboradores a adoção de elevados padrões de ética, responsabilidade, transparência, rigor e profissionalismo em todas as atividades por eles executadas/desempenhadas.

É esperado de todos os Colaboradores o cumprimento efetivo do conjunto de princípios e orientações constantes no presente documento, independentemente da sua posição na hierarquia e das funções e responsabilidades de cada um, sendo expectável um grau de cumprimento especialmente diligente por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Instituição, bem como dos seus quadros diretivos.

A Política Anticorrupção complementa e reforça o cumprimento dos princípios e das obrigações previstas no Código de Conduta da NovaCâmbios.

Esta Política encontra-se igualmente alinhada com outros princípios e normas internas da NovaCâmbios, nomeadamente a Política Global de Prevenção e Gestão de Conflito de Interesses, a Política de Gestão de Fraude, o Manual de Conformidade – Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e as demais políticas implementadas na Instituição.

É da responsabilidade da função de Conformidade promover a implementação, execução, monitorização e revisão do documento, podendo recomendar a adoção de procedimentos de prevenção da corrupção e suborno mais exigentes do que aqueles previstos na mesma sempre que as circunstâncias o recomendem, designadamente, quando o risco de corrupção e suborno não seja meramente residual.

OBJETIVOS

A Política Anticorrupção da NovaCâmbios pretende:

- ◆ Garantir o cumprimento da lei no que respeita aos deveres profissionais que incumbem às instituições financeiras e aos respetivos Colaboradores;
- ◆ Cumprir, não só com todas as regras e deveres decorrentes das disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade da NovaCâmbios, como assegurar que a atividade da Instituição será prosseguida de acordo com rigorosos princípios éticos e deontológicos e elevados padrões de conduta;
- ◆ Contribuir para a afirmação de uma imagem institucional de excelência, qualidade, rigor, responsabilidade e eficiência;
- ◆ Definir o tipo de comportamentos que são estritamente proibidos à luz do enquadramento legal aplicável.

TERMOS E DEFINIÇÕES MAIS RELEVANTES

Para efeitos de interpretação e aplicação da presente Política, consideram-se as seguintes definições:

Corrupção: Tendo origem no latim “*corruptus*”, que significa quebrado em pedaços e, apesar de não existir uma definição comum a todos os países, é consensual que numa conduta corruptiva se verifica o abuso de um poder ou função públicos de forma a beneficiar um terceiro, contra o pagamento de uma quantia ou outro tipo de vantagem. No ordenamento jurídico português, a palavra corrupção é definida como uma conduta de carácter fraudulento que consiste em oferecer, prometer, solicitar, aceitar ou transferir uma vantagem patrimonial ou não patrimonial indevida, direta ou indiretamente, com o intuito de obter ou manter um negócio ou outra vantagem ilícita. Comportamentos como o recebimento indevido de vantagem, o suborno, o abuso de poder, o tráfico de influências, a violação de segredo, a participação económica em negócio, o peculato e a concussão são todos equiparados à corrupção e todos eles criminalizados.

Os fenómenos corruptivos, nas suas distintas configurações, atentam contra os princípios fundamentais do Estado de direito, enfraquecem a credibilidade e a confiança dos cidadãos nas instituições e comprometem o desenvolvimento social e económico, fomentando a desigualdade, reduzindo os níveis de investimento, dificultando o correto funcionamento da economia e fragilizando as finanças públicas.

Numa perspetiva mais social e menos jurídica do fenómeno, a organização não-governamental, “*Transparência Internacional*”, define a corrupção como «*o abuso de um poder confiado para ganhos privados*».

Pagamentos de facilitação: Consiste na oferta de pagamento de baixo valor efetuado a uma pessoa ou empresa, com o intuito de obter um favor, assegurar ou acelerar a execução de uma ação necessária. Numa situação normal ou rotineira nunca haveria lugar ao pagamento de qualquer valor para a execução da tarefa ou para a obtenção do resultado em causa.

Fraude: ato deliberado de cometer uma ação desonesta ou ilegal com o objetivo de obter vantagem pessoal, benefício financeiro ou prejudicar outra pessoa ou organização. Geralmente, a fraude envolve a manipulação, falsificação ou distorção de informações, documentos, identidades ou ativos para enganar terceiros. Fraude pode ocorrer em várias formas e contextos, incluindo finanças, comércio, transações comerciais, contratos, eleições, seguros, internet, entre outros.

Extorsão: é um crime no qual uma pessoa, ameaça causar dano, violência, constrangimento, danos à reputação ou outras consequências prejudiciais a outra pessoa, a menos que ela concorde em fornecer dinheiro, propriedade ou qualquer outro benefício ao extorsionista. Esta ameaça pode ter várias formas, incluindo ameaças verbais, escritas, eletrônicas ou até por meio de ações intimidatórias.

Abuso de poder: conduta caracterizada pelo uso indevido e ilegítimo da autoridade ou posição de influência de um indivíduo para obter vantagens pessoais, restringir direitos ou causar danos a terceiros.

Presentes: Bens, serviços, objetos, vantagens, favores ou qualquer forma de oferta, disposições a título gratuito ou qualquer outro presente físico ou de natureza pecuniária (pagamentos ou comissões).

Conflito de interesses: Situação em que a tomada de uma decisão ou a realização de uma transação, que visa a obtenção de fins ou vantagens, patrimoniais ou não patrimoniais, próprias ou alheias, é suscetível de interferir com o cumprimento dos deveres, a imparcialidade, a objetividade e a observância do Código de Conduta a que o Colaborador esteja obrigado no exercício das suas funções, ou com os interesses da Instituição.

Colaboradores: Todas as pessoas com vínculos à NovaCâmbios, temporários ou efetivos, incluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, clientes, fornecedores e todos os prestadores de serviços que, direta ou indiretamente, se encontrem envolvidos na atividade da Instituição.

Ato ilícito: Qualquer ação ou omissão, fraudulenta ou negligente, voluntária ou involuntária, que viole qualquer disposição legal imperativa.

Patrocínio: Contribuição (em dinheiro ou em serviços) que se atribui a uma pessoa ou organização para a realização das atividades a que se dedica, com o objetivo de obter contrapartidas publicitárias e de captação de negócio.

TIPOS DE CORRUPÇÃO

Os crimes de corrupção apresentam-se, essencialmente, com duas configurações: a corrupção ativa e a corrupção passiva, conforme o agente esteja, respetivamente, a oferecer/prometer ou a solicitar/aceitar uma vantagem patrimonial ou não patrimonial indevida, distinguindo-se ainda, cada uma, conforme o ato solicitado ou a praticar seja ou não contrário aos deveres do cargo do funcionário corrompido.

Conforme mencionado anteriormente, existem dois tipos de crimes de corrupção:

1. **A corrupção ativa** – quando uma pessoa, diretamente ou através de terceiro, para seu benefício ou para benefício de outra pessoa, faz uma oferta, promessa ou propõe um benefício de qualquer natureza, em troca de um favor. Isto pode incluir, por exemplo, a oferta de presentes, donativos, recompensas, vantagens, hospitalidade ou entretenimento de qualquer tipo.

É expressamente proibido facilitar, mediar, assistir ou incentivar qualquer conduta deste tipo.

2. **A corrupção passiva** - quando uma pessoa recebe dinheiro ou outro benefício de qualquer natureza (e.g., ingressos para eventos desportivos ou eventos culturais ou outras atividades recreativas), para cumprir ou omitir determinadas ações.

O ato unilateral de oferecer, dar, solicitar ou receber uma vantagem, é suficiente para existir corrupção.

O acordo entre as partes constitui uma circunstância agravante do crime. Desta forma, existe corrupção mesmo que o ato (ou a sua ausência) não se tenha efetivado.

PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO E ANTI - SUBORNO

O desenvolvimento e manutenção de procedimentos com vista a minimizar os riscos de situações que possam conduzir a atos de corrupção e suborno são essenciais para a mitigação destes fenómenos no seio das instituições.

Adotando uma política de tolerância zero no que concerne a todo e qualquer tipo de comportamento ou ato ilegal, a NovaCâmbios desenvolveu procedimentos específicos com o intuito de minimizar a ocorrência dos mesmos, dos quais fazem parte a presente Política. Paralelamente e como complemento à mesma, será realizada uma avaliação periódica dos riscos específicos de suborno e corrupção aos quais a Instituição está ou pode vir a estar sujeita, desenvolvida pelas funções do Controlo Interno.

Situações consideradas de risco elevado podem exigir procedimentos adicionais, tais como o reforço de *due diligence*. Sempre que a NovaCâmbios conclua que existe um grau de risco de suborno ou corrupção elevado cessará de imediato todo e qualquer tipo de relação com o cliente, parceiro ou fornecedor em causa, abstendo-se da realização de qualquer operação/transação com o mesmo.

Procedimentos gerais implementados pela NovaCâmbios para mitigar qualquer tipo de risco de corrupção ou suborno, independentemente da magnitude do mesmo:

1. Envolvimento das funções de Controlo Interno na tomada de decisões chave e na responsabilidade global pelos procedimentos anti - suborno e anticorrupção;
2. Elaboração e desenvolvimento de procedimentos de avaliação de riscos;
3. Divulgação da presente Política a todos os Colaboradores, clientes, parceiros e fornecedores;
4. Promover processos formativos adequados e atuais;
5. Transparência das transações e divulgação de informações;

6. Realização de processos de *due diligence* a clientes, fornecedores e intermediários/parceiros existentes e/ou potenciais;
7. Separação de funções por forma a evitar conflitos de interesses aquando da tomada de decisões;
8. Implementação de mecanismos e canais próprios afetos ao registo de denúncias de corrupção e suborno;
9. Monitorização, revisão e avaliação regular dos procedimentos de prevenção à corrupção e suborno;
10. Sempre que se considere apropriado e pertinente, a NovaCâmbios comunicará qualquer conhecimento ou suspeita de corrupção ou suborno às autoridades competentes.

CONTROLO INTERNO – O MODELO DAS TRÊS LINHAS DE DEFESA

Tendo por base as orientações expostas no Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal e as orientações da EBA sobre controlo interno (EBA/GL/2021/05), a NovaCâmbios tem vindo a desenvolver esforços no sentido de dotar o seu Sistema de Controlo Interno de maior robustez, por forma a assegurar um maior controlo das medidas adotadas pela Instituição no que concerne à elaboração, desenvolvimento e divulgação de políticas, procedimentos e legislação à qual a mesma se encontra obrigada.

Um Sistema de Controlo Interno robusto, capaz de alcançar todos os departamentos da Instituição, permite uma tomada de decisões plenamente informadas sobre os riscos assumidos, assim como possibilita a verificação do cumprimento normativo nos demais departamentos e consegue gerir de forma mais eficaz os riscos de sanções penais, perdas financeiras, materiais ou reputacionais sobre as quais a NovaCâmbios poderá incorrer como resultado do incumprimento de leis, normas, padrões regulamentares e códigos de conduta, através da deteção precoce de riscos de incumprimento e fazendo o seu seguimento e análise de possíveis desadequações com os princípios deontológicos.

Por forma a otimizar o controlo e antecipar a ocorrência de comportamentos desadequados passíveis de resultar em futuras sanções/penalizações para a Instituição, a NovaCâmbios adotou o modelo das três linhas de defesa.

Este modelo assenta na repartição de responsabilidades no que respeita ao governo e gestão de riscos pelas diferentes funções que integram cada uma das linhas, a saber:

A primeira linha de defesa é responsável pela gestão de riscos e controlos e integra, entre outras, a Rede de Agências – Front Office, responsável primária pela execução da atividade potenciadora de risco, ou seja, no exercício das suas atividades, deve assegurar uma avaliação e gestão adequadas do risco – e pela área de Operações – Back Office, responsável por uma segunda validação dos processos anteriormente iniciados na rede de Agências.

A segunda linha de defesa é responsável por assegurar a adequada monitorização dos riscos, aconselhando e dando apoio à primeira linha de defesa no que concerne à identificação de riscos e controlos. Constituída pelas funções de Gestão de Risco e de Conformidade, atua de forma independente das restantes áreas de negócio e tem como função asseverar a existência de políticas de gestão e controlo dos riscos, monitorizar a sua aplicação, avaliar o ambiente de controlo e reportar à Administração todos os riscos identificados no decorrer do processo.

A terceira e última linha de defesa é assegurada pela função de Auditoria Interna, a qual funciona de forma independente, competindo a esta executar avaliações regulares à eficácia das políticas, processos e procedimentos que suportam o Sistema de Controlo Interno através da realização de testes de efetividade aos controlos implementados na Instituição.

PAPEL DO RCN NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

A Política Anticorrupção integra um conjunto de normas internas implementadas na NovaCâmbios, as quais são de conhecimento obrigatório por todos os Colaboradores da Instituição, sendo o seu não cumprimento passível da aplicação de sanções.

Entre as responsabilidades e funções imputadas ao responsável pelo cumprimento normativo (RCN) da Instituição, no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas, constam:

- Revisão e atualização periódica da “Politica de Anticorrupção”;
- Manter atualizados os documentos internos que sejam da sua responsabilidade, tendo em conta tanto as mudanças internas (por exemplo, mudanças organizacionais, nas linhas de negócio, nas atividades desenvolvidas, etc.), como as mudanças derivadas do quadro normativo aplicável, propondo as alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- Assegurar que todas as denúncias e participações recebidas envolvendo atos de corrupção e infrações conexas são devidamente processadas, investigadas e concluídas com as devidas garantias procedimentais;
- Colaborar com as autoridades públicas no decurso de qualquer investigação que possa surgir, incluindo de índole criminal, neste âmbito.

É igualmente da sua responsabilidade emitir recomendações, no sentido de prevenir a ocorrência de atos de corrupção, que não estejam previstos na presente Política, sempre que o risco de corrupção perante uma situação concreta seja elevado.

Os Colaboradores devem informar o RCN ou um superior hierárquico sempre que tomem conhecimento ou tenham suspeitas fundadas da violação da presente Política Anticorrupção, ou de comportamentos que indiciem estar em desconformidade com a mesma, devendo proceder de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, não podendo ser, por esse facto, prejudicados a qualquer título.

PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO E ANTI-SUBORNO

O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, veio introduzir uma série de novas obrigações aplicáveis a todas as pessoas coletivas com sede em Portugal que empreguem 50 ou mais trabalhadores e às sucursais em território nacional de pessoas coletivas com sede no estrangeiro que empreguem 50 ou mais trabalhadores. Entre as novas obrigações, destaca-se a criação de um Programa de Cumprimento Normativo, que incluía nomeadamente:

- Plano de Prevenção de Riscos – tem como objetivo identificar, analisar e classificar os riscos e situações que possam expor a Instituição a atos de corrupção e infrações conexas e especificar as medidas preventivas e corretivas que visem reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados;
- Código de Conduta – documento cujo objetivo consiste no estabelecimento dos princípios, valores e normas de ética profissional da Instituição;
- Canal de Denúncias - que permita o acompanhamento de denúncias de atos de corrupção e infrações conexas, de acordo com o Regime Geral de Proteção de Denunciantes;
- Programa de Formação – cujo objetivo consiste na instrução dos responsáveis e demais colaboradores da Instituição relativamente às políticas e procedimentos implementados/adotados pela Instituição para a prevenção da corrupção e infrações conexas.

O Conselho de Administração da NovaCâmbios é o responsável pela adoção e implementação do Programa de Cumprimento Normativo, o qual se aplica a toda Instituição e, de uma forma geral, transversal e extensiva a todas as atividades desenvolvidas pela mesma.

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS

Um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção é definido com o objetivo de evitar a corrupção, promover a ética e a integridade e garantir que a empresa e todos os seus colaboradores atuem de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis.

Os principais riscos e situações identificados pela NovaCâmbios que podem expor a Instituição a atos de corrupção e infrações conexas são os seguintes:

Risco	Probabilidade	Nível de Consequência	Grau de Risco	Medidas de Mitigação
Aceitação de presentes e ofertas	Provável (2)	Alto (3)	Elevado (6)	Rigorous cumprimento de procedimentos definidos na "Política Anticorrupção" no âmbito da aceitação de presentes e ofertas; cumprimento de limites de valores estabelecidos; solicitar aprovação prévia do departamento de Conformidade no caso de presentes e ofertas de valor significativo; providenciar ações de formação aos colaboradores sobre as políticas em vigor; proibição de presentes em dinheiro; fornecer canais confidenciais para que os funcionários relatem preocupações sobre presentes e ofertas indevidas sem medo de retaliação; revisão e atualização periódica das políticas e procedimentos para garantir que estejam alinhados com as melhores práticas e regulamentos atuais.
Aceitação de viagens ou hospitalidades	Provável (2)	Alto (3)	Elevado (6)	Rigorous cumprimento de procedimentos definidos na "Política Anticorrupção" no âmbito da aceitação de viagens ou hospitalidades; providenciar ações de formação aos colaboradores sobre as políticas em vigor; fornecer canais confidenciais para que os funcionários relatem preocupações sobre a matéria sem medo de retaliação; revisão e atualização periódica das políticas e procedimentos para garantir que estejam alinhados com as melhores práticas e regulamentos atuais.
Aceitação de donativos	Pouco provável (1)	Alto (3)	Moderado (3)	Rigorous cumprimento de procedimentos definidos na "Política Anticorrupção" no âmbito da aceitação de donativos; avaliar o propósito de donativos, se os mesmos estão alinhados com a missão e os objetivos da Instituição; evitar as situações em que aceitar um donativo possa criar conflitos de interesse ou influenciar negativamente as decisões da Instituição; providenciar as ações de formação aos colaboradores sobre as políticas em vigor; fornecer canais confidenciais para que os funcionários relatem preocupações sobre a matéria sem medo de retaliação; revisão e atualização periódica das políticas e procedimentos para garantir que estejam alinhados com as melhores práticas e regulamentos atuais.
Conflito de Interesses	Provável (2)	Alto (3)	Elevado (6)	Rigorous cumprimento de procedimentos definidos na "Política de Gestão de Conflito de Interesses" e na "Política Anticorrupção" no âmbito da gestão de conflito de interesses; divulgação obrigatória por parte de Colaboradores de interesses financeiros, pessoais ou profissionais que possam criar um conflito de interesses; revisão e aprovação para transações, contratos e decisões importantes, especialmente quando pessoas com possíveis conflitos de interesses estão envolvidas; providenciar ações de formação aos colaboradores sobre as políticas em vigor; fornecer canais confidenciais para que os funcionários relatem preocupações sobre a matéria sem medo de retaliação; revisão e atualização periódica das políticas e procedimentos para garantir que estejam alinhados com as melhores práticas e regulamentos atuais.
Relações com as outras entidades	Provável (2)	Alto (3)	Elevado (6)	Rigorous cumprimento de procedimentos definidos na "Política Anticorrupção" no âmbito da gestão de relações com outras entidades; realizar uma <i>due diligence</i> completa antes de estabelecer qualquer relacionamento ou parceria com outra entidade; formalizar todos os acordos com contratos escritos que definam claramente os termos e condições do relacionamento, incluindo responsabilidades, expectativas e prazos; estabelecer metas e objetivos claros para a parceria desde o início, garantindo que ambas as partes tenham uma compreensão mútua das suas expectativas; estabelecer os acordos de confidencialidade para proteger informações sensíveis e proprietárias compartilhadas durante a parceria; providenciar ações de formação aos colaboradores sobre as políticas em vigor; fornecer canais confidenciais para que os funcionários relatem preocupações sobre a matéria sem medo de retaliação; revisão e atualização periódica das políticas e procedimentos para garantir que estejam alinhados com as melhores práticas e regulamentos atuais.

COMPORTAMENTOS PROIBIDOS

Que tipo de conduta é proibida?

1. Pagamentos proibidos e restritos

A presente Política proíbe expressamente todos os Colaboradores da NovaCâmbios de efetuarem qualquer tipo de oferta e/ou promessa, direta ou indireta, de qualquer tipo de pagamento ou outro tipo de retribuição, pecuniária ou não, a oficiais públicos, ou a colaboradores de outras entidades privadas que não lhes sejam devidos.

Estão igualmente proibidos de solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer tipo de pagamento ou outro tipo de retribuição, pecuniária ou não, de oficiais públicos, ou de colaboradores de outras entidades privadas que não lhes sejam devidos

Os pagamentos de facilitação encontram-se incluídos nas proibições supramencionadas.

O incumprimento do supracitado constitui a prática de crime, punido nos termos estabelecidos pelo Código Penal português¹.

2. Aceitação de presentes e ofertas

É expressamente proibida a solicitação e/ou aceitação, direta ou indireta, de qualquer tipo de presente, independentemente do seu valor, que implique por parte do Colaborador o incumprimento das suas obrigações e o favorecimento direto ou indireto da pessoa ou entidade que os conceda no contexto da contratação de serviços.

A única exceção a esta regra aplica-se a ofertas que não impliquem o incumprimento pelo Colaborador das suas obrigações ou o favorecimento direto ou indireto da pessoa ou entidade que os conceda².

¹ O Código Penal Português prevê, nos artigos 372.º a 374.º-B, a punição dos crimes de recebimento indevido de vantagem e os crimes de corrupção, com pena de prisão entre 1 a 8 anos e/ou pena de multa entre 360 a 600 dias, dependendo do tipo de crime/infração perpetrado. Ver Anexo I.

² Os critérios que regulamentam a aceitação de presentes encontram-se descritos no normativo interno.

Os presentes representam um risco mais elevado do que a hospitalidade, com base no facto de o valor duradouro de um presente para o destinatário ser provavelmente maior do que no caso de uma oferta de hospitalidade de valor equivalente. Adicionalmente, os presentes têm menos probabilidades de ter um objetivo comercial legítimo.

Exclui-se da Política:

1. Presentes oferecidos pela NovaCâmbios aos seus Colaboradores (preferencialmente com inclusão do logotipo da empresa) ou entre Colaboradores;
2. Convites para refeições realizados no curso da relação profissional vigente e desde que sejam razoáveis no contexto de negócio em que se desenvolvam.

3. Viagens de negócios, alojamento e despesas de viagem

Sempre que haja necessidade de um fornecedor/parceiro ou colaborador se deslocar à Instituição (Serviços centrais ou instalações fora da sua área normal de trabalho) ou ao serviço da mesma, para fins específicos, nomeadamente para a participação numa reunião, auditorias, reunião com fornecedores/parceiros de negócio ou ação de formação, entre outros, a presente Política não impede a Instituição de reembolsar ao participante as despesas razoáveis de viagem, alojamento e estadia do mesmo. Em tais circunstâncias, a NovaCâmbios deve reembolsar o participante de uma forma totalmente documentada e transparente.

O valor despendido pela Instituição para despesas de viagem, alojamento e representação deve ser razoável, por forma a não transmitir a ideia/imagem de tentativa de obtenção de vantagem indevida.

Uma vez que deverão ser sempre consideradas como realizadas a título institucional, as despesas supramencionadas estão sempre sujeitas a aprovação prévia e por escrito do responsável do departamento em questão ou do órgão de administração.

4. Patrocínios e Doações

Na sua generalidade, os patrocínios e as doações não são proibidos, contudo, por forma a mitigar o risco de suborno ou práticas de corrupção, a NovaCâmbios, através da presente Política, estabelece os seguintes critérios para a atribuição/concessão dos mesmos:

1. Todas as doações ou patrocínios têm de ser aprovados pelo Conselho de Administração;
2. Todas as doações ou patrocínios atribuídos a organizações não-governamentais e outras instituições do setor social, independentemente da sua tipologia ou valor, têm de ser previamente aprovados pelo *Compliance Officer*, por forma a garantir que os fundos doados não são utilizados como subterfúgio para a prática de atos de suborno e/ou ilícitos;
3. A atribuição do patrocínio deverá ter como principal objetivo a divulgação e o fortalecimento da marca e do negócio da NovaCâmbios;
4. As doações efetuadas deverão ter como objetivo primordial possibilitar a realização de atividades sociais, culturais, científicas ou de índole similar pela instituição ou organização à qual se destina;
5. A NovaCâmbios não concede qualquer tipo de doações monetárias ou financeiras a partidos políticos ou entidades relacionadas, nos termos da lei em vigor (Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril, que alterou a Lei n.º 19/2003, de 20 de junho – Financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais).

5. Parcerias com outras entidades

As leis anticorrupção e anti - suborno proíbem benefícios indevidos obtidos direta ou indiretamente. Isto significa que a NovaCâmbios pode incorrer em responsabilidades quando um parceiro comercial ou terceiro contratado para representar ou prestar um serviço à Instituição, ou em nome da mesma, efetuar um pagamento indevido ou se envolver em conduta imprópria no decurso da sua colaboração com a NovaCâmbios. Esta exposição pode surgir apesar do pagamento ou conduta em questão ser proibido pela NovaCâmbios e/ou de a Instituição não ter conhecimento do mesmo.

Tendo em consideração os elementos enumerados no parágrafo anterior e, por forma a evitar que a NovaCâmbios incorra em qualquer tipo de ato ilícito passível de ser punido criminalmente, sempre que a Instituição pretenda celebrar um contrato de parceria, ou qualquer outra forma de cooperação interempresarial, deve ser efetuada uma diligência prévia (*Due Diligence*) por forma a assegurar que o possível parceiro desenvolve a sua atividade de forma ética, íntegra e em conformidade com as leis anticorrupção e anti - suborno aplicáveis.

A monitorização e a tipologia da diligência reforçada deverão ser adaptadas ao tipo da relação estabelecida com a outra parte e à natureza da mesma (e.g., se se trata de uma pessoa coletiva ou singular, se é um fornecedor ou agente, entre outras). É igualmente efetuada a devida diligência aos nossos clientes, de acordo com os regulamentos e legislação de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Em todas as situações em que se verifique que o grau de risco de corrupção e/ou suborno não seja meramente residual, a NovaCâmbios deve exigir à contraparte que sejam implementadas medidas de mitigação desse risco, nomeadamente, administrar ações de formação sobre a prevenção da corrupção e suborno aos seus colaboradores.

Uma vez estabelecida, a relação com um parceiro subcontratado ou terceiro, deve ser ativamente controlada, a fim de assegurar que o mesmo está a cumprir a lei e as suas obrigações contratadas.

6.Conflito de Interesses

Os Colaboradores devem evitar toda e qualquer situação ou atividade em que os seus interesses possam interferir, por qualquer forma, com os interesses da Instituição ou dos seus clientes, bem como respeitar as normas internas em vigor em matéria de conflito de interesses, nomeadamente o disposto na “Política Global de Prevenção e Gestão de Conflito de Interesses” e cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

FORMAÇÃO E DIFUSÃO DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

Todos os Colaboradores da NovaCâmbios deverão receber formação adequada às suas funções e categoria relativamente à prevenção da corrupção e suborno.

A formação deverá ser atualizada periodicamente por forma a manter sempre atuais os seus conteúdos e de acordo com as necessidades consideradas apropriadas pela Instituição e sempre que ocorram alterações relevantes na legislação.

A presente Política Anticorrupção deverá ser divulgada e disponibilizada a todos os Colaboradores, parceiros, fornecedores e Clientes da NovaCâmbios através da Intranet e do sítio eletrónico da Instituição (www.novacambios.com) para sua consulta.

COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

Qualquer suspeita de práticas de corrupção e suborno deve ser imediatamente reportada à função de Auditoria Interna ou através do sítio da internet da Instituição – Denúncia Anónima, podendo ser perpetrada por qualquer pessoa, independentemente do seu vínculo com a Instituição³.

A ausência ou insuficiência de provas, informações ou elementos comprovativos não isenta um colaborador do dever de comunicação.

A função de Auditoria Interna é responsável pelo tratamento e gestão do sistema de comunicação de irregularidades e por assegurar a confidencialidade das comunicações rececionadas.

³ Consultar a “Política de Participação de Irregularidades” da Instituição.

VIOLAÇÃO DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

A prática de atos de corrupção e suborno comportam riscos legais, financeiros e reputacionais para qualquer instituição, assim como para as pessoas que pratiquem tais atividades.

A violação da presente Política constitui uma infração muito grave, podendo a mesma ter consequências disciplinares (incluindo a rescisão contratual sem indemnização ou compensação) e/ou legais, de acordo com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

ANEXO I

CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS:

Artigo 372.º

Recebimento ou oferta indevidos de vantagem

*1 - O funcionário que, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, é punido com pena de prisão até **cinco anos** ou com pena de multa até **600 dias**.*

*2 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, no exercício das suas funções ou por causa delas, é punido com pena de prisão até **três anos** ou com pena de multa até **360 dias**.*

3 - Excluem-se dos números anteriores as condutas socialmente adequadas e conformes aos usos e costumes.

Alterado pelo/a Artigo 7.º do/a Lei n.º 94/2021 - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21, em vigor a partir de 2022-03-21

Artigo 373.º

Corrupção passiva

1 - O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para a prática de um qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão de **um a oito anos**.

2 - Se o acto ou omissão não forem contrários aos deveres do cargo e a vantagem não lhe for devida, o agente é punido com pena de prisão de **um a cinco anos**.

Artigo 374.º

Corrupção activa

1 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim indicado no n.º 1 do artigo 373.º, é punido com pena de prisão de um a cinco anos. 2 - Se o fim for o indicado no n.º 2 do artigo 373.º, o agente é punido com pena de prisão até **três anos** ou com pena de multa até **360 dias**.

3 - A tentativa é punível.